

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE
2015

DENOMINAÇÃO: CENTRO SOCIAL SÃO ROSENDO

MORADA: Rua do Bacêlo, nº 72

LOCALIDADE: Couto - S. Miguel

FREGUESIA: Couto - S. Miguel

CONCELHO: Santo Tirso

COD. POSTAL: 4780-262


(O Contabilista Certificado)

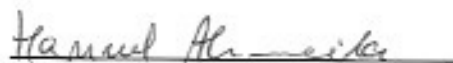
A DIRECÇÃO:

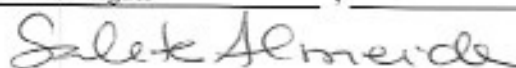
APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Couto - S. Miguel

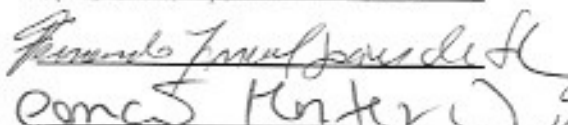
Couto - S. Miguel

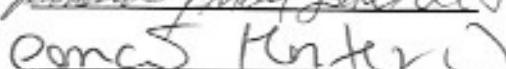
ASSINATURAS:





ASSINATURA DO PRESIDENTE







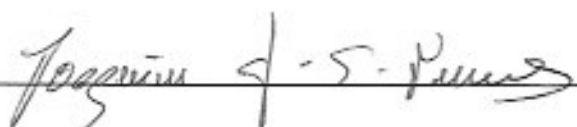

Centro Social
Rosendo

Modelo 1 (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	142 104,21	117 980,67
		142 104,21	117 980,67
Activo corrente			
Estado e outros entes públicos	10.5	6 163,21	11 761,27
Diferimentos	10.1	219,34	218,98
Outros activos financeiros	10.3	22 713,59	22 615,54
Caixa e depósitos bancários	10.2	104 103,74	73 508,01
		133 199,88	108 103,80
Total do activo		275 304,09	226 084,47
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10.4	86 865,15	86 865,15
Resultados transitados	10.4	13 424,93	7 059,03
Outras variações nos fundos patrimoniais	10.4	123 786,25	75 000,00
		224 076,33	168 924,18
Resultado líquido do período		7 042,89	6 365,90
Total do fundo de capital		231 119,22	175 290,08
Passivo			
Passivo corrente			
Outras contas a pagar	10.6	44 184,87	50 794,39
		44 184,87	50 794,39
Total do passivo		44 184,87	50 794,39
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		275 304,09	226 084,47

A Direcção

Contabilista Certificado




DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

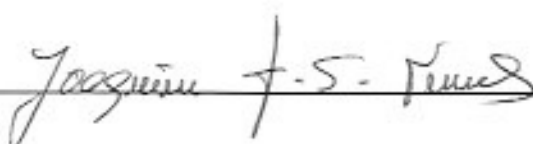
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 015	2 014
Vendas e serviços prestados	7	9 866,00	9 414,00
Subsídios, doações e legados à exploração	8/10.7	7 152,06	2 668,86
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-5 777,95	-4 175,65
Fornecimentos e serviços externos	10.8	-6 454,59	-5 993,65
Ganhos e Perdas por reduções justo valor	10.11	98,05	-285,26
Outros rendimentos e ganhos	10.9	3 519,69	5 866,96
Outros gastos e perdas	10.10	-302,87	-79,36
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		8 100,39	7 415,90
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-1 057,50	-1 050,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		7 042,89	6 365,90
Resultados antes de impostos		7 042,89	6 365,90
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		7 042,89	6 365,90

A Direcção

O Contabilista Certificado




Entidade: Centro Social São Rosendo
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Contribuinte: 505707233

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados		9 866,00	9 414,00
Custo das vendas e dos serviços prestados		-5 777,95	-4 175,65
Resultado Bruto		4 088,05	5 238,35
Outros Rendimentos		10 769,80	8 535,82
Gastos administrativos		-7 512,09	-7 328,91
Outros Gastos		-302,87	-79,36
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		7 042,89	6 365,90
Gastos de financiamento (líquidos)			
Resultado antes de impostos		7 042,89	6 365,90
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		7 042,89	6 365,90

A Direção

O Contabilista Certificado

João Paulo F. S. Nunes

João Paulo F. S. Nunes

Centro Social São Rosendo
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2015	2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Pagamentos a fornecedores		-46 669,14	-44 879,02
	Caixa gerada pelas operações	-46 669,14	-44 879,02
Outros recebimentos/pagamentos		70 962,81	42 417,58
	Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	24 293,67	-2 461,44
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		6 302,06	2 608,86
	Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	6 302,06	2 608,86
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		30 595,73	147,42
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		73 508,01	73 360,59
Caixa e seus equivalentes no fim do período		104 103,74	73 508,01

A Direcção

Contabilista Certificado




CENTRO SOCIAL SÃO ROSENDO

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2015

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	8
5	Ativos Fixos Tangíveis	8
6	Inventários	8
7	Rédito	9
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	9
9	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	9
10	Outras Informações	10
10.1	Diferimentos	10
10.2	Caixa e Depósitos Bancários	10
10.3	Outros Ativos Financeiros	10
10.4	Fundos Patrimoniais	11
10.5	Estado e Outros Entes Públicos	11
10.6	Outros passivos correntes	11
10.7	Subsídios, doações e legados à exploração	11
10.8	Fornecimentos e serviços externos	12
10.9	Outros rendimentos	12
10.10	Outros gastos	12
10.11	Aumentos /Reduções justo valor	13
10.12	Acontecimentos após data de Balanço	13

1 Identificação da Entidade

O Centro Social São Rosendo é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS” com estatutos publicados no Diário da República, pela inscrição nº 85/05, a fl.195 do livro nº 10 das Associações de Solidariedade Social efetuado em 5 de Julho de 2005.

Tem sede na Rua do Bacelo, freguesia de São Miguel do Couto e concelho de Santo Tirso.

Visa promover a realização de atividades de apoio à terceira idade e juventude.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este

pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;

- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edificações Ligeiras	6
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Equipamento Informático	5
Outros ativos fixos tangíveis	5

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.2.2 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.5 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alterações voluntárias em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2014, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2014	Adições	Abate	Transferência	31-12-2015
Equipamento de Transporte	5 250,00	0,00	0,00	0,00	5 250,00
Equipamento Básico	0,00	270,00	0,00	0,00	270,00
<i>Investimentos em curso</i>	114 830,67	24 911,04	0,00	0,00	139 741,71
Ativo Tangível Bruto	120 080,67	25 181,04	0,00	0,00	145 261,71
Depreciações Acumuladas					
Equipamento de Transporte	2 100,00	1 050,00	0,00	0,00	3 150,00
Equipamento Básico	0,00	7,50	0,00	0,00	7,50
Depreciações Acumuladas	2 100,00	- 1 057,50	0,00	0,00	3 157,50
Ativo Tangível Líquido	117 980,67	24 123,54	0,00	0,00	142 104,21

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Inventários" de géneros alimentares reconhecida como gasto apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-12-2015	31-12-2014
Compras – Bar Utentes	5 777,95	4 175,65
Total	5 777,95	4 175,65

7 Rédito

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31-12-2015	31-12-2014
Prestação de Serviços	9 866,00	9 414,00
Quotas do Utilizadores	6 640,00	5 885,00
Quotas e Jóias	3 226,00	3 529,00
Outros Rendimentos	3 519,69	5 866,96
Festas e Subscrições	3 519,69	5 866,96
Total	13 385,69	15 280,96

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	2015			2014		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
CM Santo Tirso	Não Reembolsável	0,00	0,00	0,00		0,00	60,00
Junta Freguesia Santo Tirso	Não Reembolsável	0,00	0,00	850,00		0,00	0,00
CM Santo Tirso (edifício)	Não Reembolsável	123 786,25	0,00	0,00	75 000,00	0,00	0,00
Total		123 786,25	0,00	850,00	75 000,00	0,00	60,00

9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

A situação da Entidade perante a Segurança Social encontra-se regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados.

10 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

10.1 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Gastos a Reconhecer		
Seguros	219,34	218,98
Total	219,34	218,98

10.2 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Caixa	832,44	1 308,62
Depósitos à Ordem	37 535,65	6 463,74
Depósitos a Prazo	65 735,65	65 735,65
Total	104 103,74	73 508,01

10.3 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2015	2014
Santander Totta – Aforro	0,80	0,80
Santander Totta – Fundos Investimento	22 712,79	22 614,74
Total	22 713,59	22 615,54

10.4 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações durante o exercício de 2015:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	86 865,15	0,00	0,00	86 865,15
Resultados Transitados	7 059,03	6 365,90	0,00	13 424,93
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	75 000,00	48 786,25	0,00	123 786,25
Total	168 924,18	55 152,15	0,00	224 076,33

10.5 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Ativo		
IVA - A Recuperar	6 163,21	11 761,27
Total	6 163,21	11 761,27

10.6 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015		2014	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos :		44 184,87		50 794,39
João Álvaro Rocha - Arquitectos	0,00	9 107,81	0,00	17 180,02
Póvoas & Associados - Engenheiros	0,00	35 077,06	0,00	33 614,37
Total	0,00	44 184,87	0,00	50 794,39

10.7 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2015 e 2014, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2015	2014
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	850,00	60,00
Doações e heranças (donativos, etc.)	6 302,06	2 608,86
Total	7 152,06	2 668,86

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

10.8 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Serviços especializados	428,90	391,12
Materiais	105,77	134,93
Energia e fluídos	355,92	496,04
Serviços diversos	5 564,00	4 928,14
Encargos com Utentes	0,00	43,42
Total	6 454,59	5 993,65

10.9 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Rendimentos Suplementares	3 519,69	5 866,96
Total	3 519,69	5 866,96

Os rendimentos suplementares dizem respeito a rendimentos obtidos na rubrica de "Festas e Subscrições".

10.10 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Imposto Circulação	65,17	65,56
Imposto S/ valor acrescentado	92,00	0,00
Taxas	0,00	13,80
Multas Fiscais	145,70	0,00
Total	302,87	79,36

10.11 Aumentos /Reduções justo valor

A Entidade reconheceu em 2015 e 2014 aumentos e reduções de "justo valor" nas seguintes rubricas:

Descrição	2015	2014
Em instrumentos financeiros		
Ganhos por aumentos de justo valor	98,05	0,00
Perdas por reduções de justo valor	0,00	285,26
Total	98,05	285,26

10.12 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Couto – S.Miguel , 31 de dezembro de 2015

O Contabilista Certificado



A Direção

